

8º ENCONTRO DA ABCP
01 a 04/08/2012, Gramado, RS
AT02 - Cultura Política e Democracia

**RECRUTAMENTO, VALORES E PADRÕES DE AÇÃO POLÍTICA
DA ELITE EMPRESARIAL**

Paulo Roberto Neves Costa (*Universidade Federal do Paraná*)¹
Tiago Junior Roks (*Universidade Federal do Paraná*)
Guatimozin de Oliveira Santos Filho (*Universidade Federal do Paraná*)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar aspectos da origem social, da trajetória política, dos valores e dos padrões de ação política da elite empresarial no Paraná. O uso de metodologias típicas dos estudos sobre elites e sobre cultura política, articuladas à análise da ação política permitiu uma melhor caracterização dos representantes políticos do empresariado e, em particular, no que diz respeito à relação entre este grupo social à democracia e o funcionamento de suas instituições, e em um nível fundamental do funcionamento da política brasileira, o estadual. Constatamos que, de um lado, existe certa homogeneidade no que diz respeito à origem social e às trajetórias e certa coesão a respeito dos valores políticos e dos padrões de ação política por parte da elite empresarial paranaense, o que revela algumas características das relações desta elite e de seus representados com a política e a democracia.

Introdução

A questão sobre a qual se apóia a pesquisa subjacente a este artigo é a relação entre empresariado e regime político democrático. Mais particularmente, tomamos como objeto aqueles que dirigem as entidades de representação empresarial, a *elite político-representativa* do empresariado, aqui chamada de *elite empresarial*. Levando em conta os processos de representação política e de ação política como critérios de recorte para a análise do empresariado, tal elite é considerada não apenas enquanto agentes econômicos, mas, sobretudo, políticos, em suas relações com as questões da democracia e das suas instituições². Para tanto, articulamos neste estudo do empresariado brasileiro problemas e metodologias características dos estudos sobre elites políticas, cultura política e ação política.

Em suma, pretendemos contribuir para a compreensão da formação e do comportamento de representantes políticos do empresariado e, desta forma, para uma Sociologia Política da democracia brasileira, ao verificar a relação que com ela estabelece este grupo social. Consideramos três dimensões fundamentais e ainda não

¹ A pesquisa subjacente a este artigo faz parte das atividades relacionadas à Bolsa Produtividade do CNPq, para o qual expressamos nossos agradecimentos.

² Os fundamentos destas proposições foram desenvolvidos em trabalhos anteriores. Para maiores detalhes sobre suas implicações teóricas e metodológicas, ver Costa, 2005a, 2005b, 2007 e 2012 e Costa e Engler, 2008.

suficientemente estudadas: a relação entre elites políticas e democracia, a relação entre empresários e o regime democrático e um âmbito específico do funcionamento deste regime político no Brasil, ou seja, o nível estadual. Além disso, pelo fato de se tratar de dirigentes de entidades de representação, pretendemos contribuir também para a análise do funcionamento das entidades de representação empresarial, objeto fundamental para o tratamento de questões relativas à ação coletiva e à organização institucional dos mercados (Offerlé, 2009).

Verificamos que, de um lado, a elite empresarial paranaense é homogênea em seus atributos adstritos e adquiridos, coesa em relação aos valores políticos relacionados à democracia e coesa também em relação aos padrões de ação política em dados processos decisórios concretos. Convém ressaltar desde já que a coesão em relação aos padrões de ação política não é sinônimo de ação conjunta ou articulada do empresariado. E, de outro, que, ao lado da alta adesão à democracia, esta elite se encontra relativamente mais satisfeita com as instituições da democracia brasileira e, embora pouco interessada em atuar efetivamente no aperfeiçoamento da democracia no país, coloca-se entre as bases sociais deste regime político, em especial no âmbito local (estadual) de seu funcionamento.

Após alguns comentários sobre os aspectos metodológicos, apresentaremos os dados sobre o processo de recrutamento, os valores políticos e os padrões de ação política da elite empresarial paranaense. Por fim, em nossas considerações finais desenvolvemos as principais conclusões e reflexões que tais constatações nos permitem fazer sobre as dimensões acima referidas.

1 – Breves notas metodológicas

Os dados que sustentam este artigo referem-se à pesquisa *Elite empresarial e democracia no Brasil: questões de teoria e método*, vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR, realizada em 2010 e 2011, e que tratou de questões relativas à elite empresarial brasileira, nos níveis nacional e estadual, mais particularmente no Paraná. O questionário utilizado continha questões fechadas e abertas e buscou mobilizar variáveis de natureza qualitativa, ou seja, não apenas as opiniões e declarações, mas também as *justificativas* que as sustentariam, dando um rendimento analítico nem sempre encontrado nas pesquisas que utilizam o *survey*.

O questionário foi dividido em três blocos: i) perfil e trajetória política, ii) cultura política e atitudes e iii) ação política e comportamento. No bloco de perfil e trajetória foram

analisados itens relativos aos estudos sobre *recrutamento*, elaborado a partir das seguintes questões: data e local de nascimento, religião, cor ou raça, ocupação, nível de escolaridade, ocupação e nível de escolaridade do pai, ocupação de cargos públicos, eletivos ou não, se é ou foi presidente ou membro de outras entidades e se é ou foi filiado a partidos políticos. No bloco sobre cultura política, os seguintes pontos foram abordados: concepção sobre os aspectos gerais da democracia, avaliação do funcionamento das instituições democráticas, grau de confiança nas relações políticas e empresariais, consolidação da democracia no Brasil e a reforma política. O último bloco voltou-se para os padrões de ação política, abordando questões que nos permitissem captar alguns aspectos do comportamento político das entidades. Abordamos nesse ponto questões sobre representação dos interesses, relações entre as entidades e as instituições estatais, incluindo o *lobby*, e a forma de ação das entidades no contexto das eleições de 2010. Ainda em relação aos padrões de ação política, averiguamos os aspectos gerais de suas estratégias de defesa de interesses frente ao conjunto do empresariado e ao Estado, mas também de sua atuação em processos decisórios concretos. Apresentaremos os dados de forma agregada, sem a identificação dos entrevistados, conforme foi assegurado aos entrevistados.

Quanto ao objeto, o uso do método posicional (MILLS, 1981) pela pesquisa subjacente a este artigo nos levou a identificar os membros da elite empresarial a partir da posição que ocupam nas entidades. Desta forma, contemplamos os principais dirigentes (presidentes e diretores) das mais importantes entidades de representação de interesses de diversos setores empresariais do estado do Paraná, tanto de caráter sindical quanto associativo, e as características da economia local³. Além das entidades mais convencionais, acrescentamos as Câmaras de Comércio, dada sua importância em relação às atividades voltadas para o comércio exterior (importação e exportação) e à internacionalização da economia paranaense (investimentos estrangeiros no estado e investimento nacional em outros países). Por fim, além da diversidade das entidades contempladas, conseguimos contemplar cinco das oito que compõem o grupo de atuação empresarial chamado de “G8”⁴.

³ Além das entidades contempladas pela pesquisa, outras inicialmente previstas não se dispuseram a participar, a saber, Associação Comercial do Paraná, Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Paraná, Associação Paranaense de Supermercados e Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná.

⁴ Existe no Paraná um grupo informal de entidades de representação empresarial identificado como “G8”. Não existe nenhum acordo formal ou legal que sustente a existência desta coalizão. Porém, o grupo reúne-se frequentemente para discutir assuntos relacionados ao setor produtivo paranaense, como infraestrutura e tributação, junto ao governo estadual e é composto por Faciap, Ocepar, Faep, Fecomércio, Fiep,

Abaixo seguem as entidades contempladas através de seus dirigentes, por ordem alfabética. Cabe ressaltar que a caracterização das mesmas seguiu a maneira pela qual cada uma oficialmente se define em termos de atuação e representação.

- AHK – Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Alemanha: As Câmaras de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha atuam há quase 90 anos no país promovendo a colaboração entre as economias da Alemanha e do Brasil. Aproximadamente 1.500 empresas são associadas às Câmaras. A AHK contempla tanto firmas de capital e *know-how* alemães, quanto empresas brasileiras ligadas ao comércio exterior e empresas e instituições radicadas na Alemanha. De acordo com sua orientação bilateral, as Câmaras Brasil-Alemanha atuam no interesse da economia de ambos os países. Elas contribuem para a intensificação das relações econômicas que incrementam o crescimento e fomentam o progresso técnico e científico, aumentando assim o bem-estar da população dos países parceiros. A proximidade com empresas, órgãos públicos e associações no Brasil e na Alemanha faz com que as Câmaras possam prestar serviços importantes, que facilitam o acesso aos mercados brasileiro e sul americano, bem como ao alemão e europeu respectivamente.
- AMCHAM – Câmara Americana de Comércio: A AMCHAM é considerada a maior Câmara de Comércio do Mundo. Fundada em 1919 e com mais de cinco mil empresas associadas espalhadas em onze unidades regionais, procura oferecer aos seus associados espaços de relacionamento, oportunidades de capacitação e representação direta dos interesses das empresas associadas junto ao governo. No Estado do Paraná é considerada a maior entidade multisetorial do Estado e conta com mais de 400 empresas em sua base de associados.
- APEOP – Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas: A APEOP é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1960, e representa o setor de empreiteiras e infra-estrutura junto ao Estado.
- FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná: Fundada em 1959, representa 288 associações comerciais às quais estão

Fetranspar, ACP e Fampepar. Além disso, tais entidades alternam o comando do Conselho de Administração do SEBRAE no Paraná, o que representa um orçamento de R\$160 milhões por biênio, sendo que o SEBRAE, não só pela sua capilaridade, mas também pelo seu próprio escopo de atuação, é um dos programas com maior penetração junto ao pequeno empresário paranaense e brasileiro, com óbvias implicações econômicas e políticas no estado. O G8 tem não apenas ações reativas, mas também propositivas em âmbito estadual e se mobilizou em torno da criação do Conselho de Desenvolvimento do Paraná, da proposta de auditoria sobre as empresas de pedágio e tem tido atuação importante no debate sobre o reajuste anual do salário mínimo regional.

vinculadas mais de 40 mil empresas em todo o estado. A entidade é uma das maiores instituições do sistema no Brasil, com atuação em 75% dos municípios paranaenses. As associações comerciais e empresariais filiadas à FACIAP estão presentes nas principais cidades, que representam juntas 95% do Produto Interno Bruto (PIB) paranaense.

- FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná: A FAEP tem como objetivo a coordenação, a defesa e a representação legal da agricultura e da pecuária com 178 sindicatos em todo o estado. Mantida pelos produtores rurais, faz parte do Sistema Sindical Rural e está integrada à Confederação Nacional da Agricultura.
- FECOMERCIO – Federação do Comércio do Estado do Paraná: Fundada em 1948, a FECOMERCIO administra os serviços sociais e de aprendizagem comercial no Paraná, o SESC e o SENAC. Atualmente possui 51 sindicatos filiados que correspondem a aproximadamente 400.000 estabelecimentos comerciais existentes no Estado do Paraná.
- FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná: A FIEP é a quinta maior federação regional do Brasil, conta com 107 sindicatos aos quais estão ligadas mais de 42 mil indústrias. A entidade ocupa papel relevante na composição da CNI e atua em várias frentes, inclusive desenvolvendo projetos inovadores relacionados à mobilização e à valorização da participação política da população em geral⁵.
- OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná: A OCEPAR é uma cooperativa criada em 1971, integrante da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e que visa desenvolver, representar e defender os interesses do sistema cooperativista paranaense. A OCEPAR passou também a exercer funções de sindicato patronal das cooperativas paranaenses desde 1997. Possui em sua estrutura 238 cooperativas registradas, que agrupam mais de 535 mil associados.
- SINDISEG - Sindicato das Empresas de Seguros Privados, Resseguros, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul: Filiado a Federação Nacional de Seguros Gerais (FENSEG), o SINDISEG PR/MS tem como objetivo oferecer suporte as empresas seguradoras do Paraná e representar os interesses das empresas filiadas junto ao poder

⁵ A FIEP desenvolve projetos como a *Rede de Participação Política* (www.redeempresarial.org.br/) e o *Vigilantes da democracia* (www.vigilantesdademocracia.com.br/), que são inovadores na promoção da participação política em âmbito local e no acompanhamento da ação dos políticos eleitos, em âmbito estadual e nacional. Sobre esta experiência, ver COSTA e FRANÇA, 2012.

público. Possui em sua base de filiados mais de vinte grandes seguradoras da região, tanto brasileiras como multinacionais.

2 - Os atributos adstritos e adquiridos no recrutamento da elite empresarial paranaense

Os atributos adstritos funcionam como um primeiro filtro pelo qual os indivíduos passam e que funcionam mais no sentido de favorecer do que de determinar o acesso dos indivíduos às posições de elite, e a análise dos dados nos indicam alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, a elite empresarial paranaense é formada predominantemente por homens, brancos, católicos e com uma faixa etária média de 67 anos⁶. Quanto ao local de nascimento, 7 dos 9 entrevistados nasceram na cidade de Curitiba e apenas um entrevistado não nasceu no Estado do Paraná.

Quando comparamos nossos entrevistados com a população paranaense ou mesmo com outras elites dentro desse estado, observamos algumas diferenças. Em relação ao sexo, a divisão da população paranaense é muito equilibrada havendo 50,47% de homens e 49,53% de mulheres. Já em nossa elite, ocorre a total ausência de mulheres. Outro ponto é em relação à raça. Apesar do estado do Paraná não ter uma taxa alta de negros (2,84%) e pardos (18,25%), ainda assim exclusivamente a presença de brancos. Nesses dois aspectos, a elite empresarial paranaense se aproxima muito da elite partidária paranaense, composta pelos presidentes dos partidos mais importantes, pois é a única elite estudada que se caracteriza predominantemente por homens brancos, enquanto que em outras elites, como a parlamentar, composta pelos deputados estaduais, há ocorrências de mulheres (4,3%). A presença feminina é ainda maior na elite político-administrativa, composta por aqueles que ocuparam cargos nas secretarias estaduais e em algumas empresas estatais, com 16,4%⁷.

O grau de escolaridade desta elite também é discrepante quando comparado ao restante da população do estado e também com as outras elites. Apenas 9% da população possui alta escolaridade, com 46% média escolaridade e 45% baixa escolaridade. Ao compararmos com as outras elites, a empresarial também é a mais escolarizada, pois a político-administrativa, composta pelos secretários de estado, tem 90,4% dos seus membros com alta escolaridade, a partidária, composta pelos presidentes

⁶ A religião é uma variável considerada um atributo adstrito por Suzanne Keller (1971) e corrobora a homogeneidade em termos deste tipo de atributo da elite empresarial paranaense.

⁷ Os dados populacionais foram retirados do IBGE, 2000. Os dados sobre as elites políticas paranaenses foram retirados das pesquisas realizadas no NUSP-UFPR e constam dos trabalhos apresentados em Perissinotto e outros (2007).

dos partidos políticos, com 71,4% e a parlamentar, composta pelos deputados estaduais, com 59,4%.

Quanto aos atributos adquiridos da elite empresarial paranaense, em primeiro lugar, a escolaridade indica um índice de educação altamente elevado. Todos os entrevistados possuem ensino superior completo, sendo que três possuem pós-graduação. Em relação à formação acadêmica, o curso de Engenharia consta da formação de 4 dos 9 entrevistados, seguido por Direito com 2 e Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis com 3 entrevistados. Por último, no que diz respeito às instituições de ensino freqüentadas, a Universidade Federal do Paraná predomina com 5 entrevistados, sendo os demais distribuídos por instituições privadas. Quando relacionado o nível de educação dos entrevistados em relação aos seus pais percebemos que praticamente não houve mobilidade *educacional*, visto que apenas o pai de um deles não possuía grau universitário.

Já em relação à ocupação profissional, cabe ressaltar a diferença entre *formação* e diploma de *ocupação real*, pois as duas coisas podem não coincidir. Ao analisarmos a trajetória da elite empresarial paranaense a partir da ocupação real que os entrevistados exerceram por mais tempo *antes* de chegarem à presidência da entidade de representação em que se encontravam, os dados indicam que os dirigentes das instituições se encontravam nas seguintes ocupações: diretor e executivo de empresa com 5 entrevistados, seguidos de 2 proprietários urbanos e 2 profissionais liberais.

Considerando a natureza da elite aqui estudada, obviamente as ocupações de *executivo de empresa e proprietário urbano* aparecem como atributos mais do que fundamentais para se chegar a posições de representação empresarial, mas podemos notar que a profissionalização é o dado mais relevante neste processo, ou seja, poucos tinham a condição de serem exclusivamente proprietários.

Em relação à trajetória política, trata-se um elemento fundamental do estudo sobre recrutamento, em particular em função da natureza política da elite empresarial, e nos permite descobrir se existe um caminho que favoreça o indivíduo a alcançar a posição de dirigente, ou seja, as experiências que contribuem positivamente para alcançar a posição de elite.

Entre os 9 entrevistados, 5 ocuparam cargos públicos, em especial nas secretarias estaduais. Quanto ao pertencimento a partidos políticos, 4 foram filiados, 3 nunca pertenceram a partidos políticos e 2 não responderam. Mas, o mais relevante é que nenhum dos entrevistados *atualmente* pertence a algum partido político. Outro ponto a ser

destacado é a participação dos dirigentes das entidades na direção de clubes e sociedades tradicionais de Curitiba. Dos entrevistados, 5 participaram ou participam da direção dessas instituições.

Por último, no que se refere à ocupação de cargos de direção de entidades de representação empresarial, todos os entrevistados ocuparam tais cargos em outras ou nas mesmas entidades em diretorias anteriores, ou como presidentes das instituições sindicais locais. Isso sugere que a trajetória dentro de setores de representação empresarial é importante na medida em que faz parte do recrutamento de postos de comando mais altos, como é o caso da presidência das entidades.

3 - A cultura política da elite empresarial paranaense

Tratados os aspectos gerais sobre recrutamento e trajetória política, apresentaremos agora os dados sobre os valores políticos que a elite empresarial compartilha, especialmente, aqueles relacionados aos seguintes temas: concepção sobre os aspectos gerais da democracia, funcionamento e confiança nas instituições democráticas, consolidação da democracia no Brasil e a reforma política.

Os dados sobre os aspectos gerais da democracia são interessantes para perceber o grau de coesão dessa elite. Os entrevistados foram perguntados sobre algumas características gerais do sistema democrático e em que medida essas características seriam importantes para o bom funcionamento da democracia.

A participação da população nos processos decisórios é vista pelos entrevistados como essencial e necessária à democracia. As justificativas foram as seguintes: a participação é um princípio democrático fundamental, é papel dos cidadãos acompanhar as ações dos governantes, a participação seria um meio de consolidar a democracia e as decisões mais importantes deveriam ser o máximo possível compartilhadas por toda sociedade. As ressalvas que foram feitas referiam-se apenas à dificuldade de submeter todos os temas à discussão coletiva.

Outro ponto importante foi a adesão da população aos valores democráticos, vista como essencial e necessária e justificada pela idéia de que tal poderia levar a uma maior participação da população na vida política. Já em relação à competência administrativa por parte dos governos, também é vista como essencial e necessária. As justificativas se basearam, por um lado, no entendimento de que a competência administrativa deve ser uma *obrigação* por parte dos governantes para com o bem público, e por outro, que a falta

deste tipo de competência levaria a um enfraquecimento da democracia, acabando até por criar terreno para soluções não democráticas.

A importância do respeito às autoridades constituídas também é unânime e se baseia na idéia de que se trata de um princípio hierárquico que mantém a *ordem* e faz a democracia funcionar. Mas, houve a ressalva de que esse respeito só deveria ser mantido enquanto as autoridades constituídas forem dignas de tal. Quando não merecessem mais tal respeito, elas devem ser destituídas, o que deveria ocorrer sempre dentro do devido processo legal.

Outro aspecto analisado foi a liberdade de mercado e de iniciativa. Esse item aparece como algo essencial e necessário à democracia e os argumentos são de que se trata de um princípio fundamental da sociedade capitalista e que o Estado deveria cuidar apenas dos setores básicos, como saúde, educação e habitação. Mas, há a ressalva de que essa liberdade não deve ser ilimitada, mas estar sempre sobre o controle dos dispositivos legais.

Por último, questionou-se sobre a importância do equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo. As justificativas foram de que o equilíbrio seria essencial e necessário já que evitaria possíveis crises políticas, mantendo assim a harmonia entre os poderes. A falta desse equilíbrio foi exemplificada pelo fato do Executivo legislar cada vez mais, sendo que essa seria uma atribuição específica das instituições legislativas, o que comprometeria o bom funcionamento do sistema democrático.

A adesão à democracia por parte da elite empresarial situa-se em níveis muito altos. Quando perguntados se a democracia é a melhor forma de governo para solucionar crises, as respostas afirmativas foram unânicas. Apesar dos problemas que o sistema democrático possui, ele é considerado a melhor forma de governo possível. As justificativas foram de que a democracia permite a conciliação das partes através do entendimento e que os problemas políticos sempre tiveram saídas políticas.

Ainda em relação às instituições democráticas, confrontamos os entrevistados com a seguinte questão: se fosse necessário optar entre o bom funcionamento das instituições *políticas* ou o bom funcionamento das instituições *econômicas*, qual o senhor escolheria? As respostas na sua totalidade foram pelo bom funcionamento das instituições políticas, justificadas pelo fato de que o bom funcionamento das instituições políticas é o pré-requisito para a estabilidade e o bom funcionamento das instituições econômicas. Houve por parte de um entrevistado a afirmação de que, numa eventual situação que envolveria escolher entre o bom funcionamento das instituições econômicas ou políticas, o bom

funcionamento *apenas* das instituições econômicas poderia funcionar como uma porta que levaria a um estado autoritário, no qual poderiam ser garantidas as condições econômicas para a população, mas suprimidas suas liberdades individuais e políticas.

Quanto à possibilidade de uma reforma nas instituições políticas representativas e a possibilidade disso mudar a forma como o governo tomar as decisões econômicas, os entrevistados se mostraram bastante confiantes⁸. A reforma política foi vista como extremamente necessária. Segundo os empresários, essa mudança poderia facilitar a cobrança dos eleitos, bem como contribuir na solução de erros, levando assim a um maior aperfeiçoamento das instituições.

Quando perguntados se a democracia brasileira estaria consolidada e por isso, pouco sujeita a crises que poderiam levar ao seu abandono, as respostas dos empresários foram de que a democracia brasileira está sim consolidada, que há problemas pontuais relacionados à qualidade dos representantes, apesar disso as justificativas foram de que a sociedade em geral está atenta aos rumos do país e que nem o quadro institucional interno, nem o cenário mundial, permitiria mudanças autoritárias nos rumos da democracia brasileira.

Feitas as considerações sobre alguns aspectos gerais da concepção de democracia, verificaremos agora questões relativas ao grau de confiança do empresariado frente às instituições democráticas. Embora tal questão remeta à vasta literatura sobre instituições políticas, observa-se que pouco tem sido verificado em relação a posição dos grupos sociais frente a elas. Neste sentido, são dois os pressupostos que regem a parte da pesquisa: o primeiro, a cultura política no que diz respeito à confiança e sua relação com a consolidação e a estabilidade do regime democrático. O segundo, a cultura política enquanto um fator que diminuiria a incerteza provocada pelos riscos da ação coletiva, o que sem dúvida é interessante quando se estuda um grupo com ações articuladas constantes (PUTNAM, 2002; ALMOND e VERBA, 1989).

Quanto ao grau de confiança da elite empresarial paranaense em relação às instituições políticas do poder Executivo, a Presidência da República recebeu avaliações entre confiável e pouco confiável e as justificativas foram de que a economia brasileira vai bem, mas que há um desequilíbrio entre os setores da economia, uns recebendo mais atenção por parte do Executivo federal do que outros. O governo do Estado foi mal

⁸ A reforma política, embora não tenha se efetivado, está sempre presente no horizonte do cenário político nacional. Portanto, deve ser tomada não apenas como elemento para avaliação da coesão no âmbito dos valores políticos, mas também como elemento constitutivo de uma eventual ação política, embora tenhamos verificado que poucos entrevistados declararam que suas entidades possuíam ações no intuito de aperfeiçoar as instituições democráticas.

avaliado por quase a totalidade dos entrevistados. As justificativas foram de que a sua atuação não foi satisfatória e, em certo sentido, até mesmo de caráter “populista”, embora um entrevistado tenha uma avaliação positiva, argumentando que o governo do Estado teria se mostrado um parceiro do empresariado. Por último, as respostas indicam a satisfação com o Executivo municipal, no sentido de que Curitiba teria um histórico de bons prefeitos, que as demandas continuavam sendo atendidas e que a prefeitura estaria atuando com seriedade e tomando boas decisões.

No que tange às instituições jurídicas (poder Judiciário federal e estadual, Ministério Público Federal e Estadual), foram bem avaliadas pela quase totalidade dos entrevistados. As justificativas foram de que as instituições estão cumprindo seus objetivos, mas alguns entrevistados informaram que não possuem conhecimentos suficientes sobre estas instituições. As ressalvas a esta avaliação foram de que as instituições jurídicas são pouco efetivas e que freqüentemente aplicam sentenças equivocadas.

Por sua vez, as instituições do poder legislativo não partilharam da mesma avaliação positiva que as instituições do Executivo e do Judiciário. O Senado e a Câmara Federal foram avaliados como pouco confiáveis ou no máximo confiáveis. As justificativas foram de que o Senado e a Câmara Federal estão partidarizados e que as decisões são tomadas mais em função dos objetivos individuais e partidários do que em função das necessidades da nação, e que o legislativo federal possui pouca efetividade no cenário político. Há também uma avaliação negativa em relação à qualidade dos políticos e, conseqüentemente, da representação política. Ainda em relação às instituições legislativas, a Assembléia Legislativa recebeu uma avaliação dispersa, mas predominantemente negativa. As justificativas dos entrevistados se deram em função da instituição possuir inúmeros problemas internos e não ter uma boa atuação.

Quanto ao grau de confiança nos partidos políticos, as avaliações dos entrevistados em relação foram dispersas, mas predominantemente negativas. As justificativas foram de que, na sua maioria, os partidos possuem plataformas muito vagas, não possuem estrutura e que geralmente as alianças entre os partidos são incoerentes com as suas propostas originais. Por último, em relação às próprias entidades de representação empresarial, foram avaliadas com um alto grau de confiança.

Como vimos anteriormente, a maneira como os indivíduos avaliam o desempenho das instituições acaba por influenciar diretamente o grau de confiança ou desconfiança nessas mesmas instituições. Veremos agora, a avaliação do empresariado frente ao

desempenho das seguintes instituições: Presidência da República, governo do Estado Banco do Brasil, BNDES, Banco Central, Sistema Partidário e Sistema Eleitoral.

Com relação à Presidência da República, seu desempenho foi predominantemente considerado como satisfatório. Os entrevistados avaliaram a Presidência a partir de seu desempenho econômico, que, apesar de positivo, teria sido fruto de ações de governos anteriores. Embora a Presidência da República tenha sido criticada por que teria se aproveitado de propagandas de programas assistenciais como meio de obter popularidade, e assim, confundido a população e deixando projetos nacionais de lado, ela foi bem avaliada no sentido de ter sido uma administração acima da média. Já o desempenho do governo do Estado foi avaliado quase na sua totalidade como ruim. As justificativas foram de que o governo foi também populista e com uma administração letárgica.

Sobre as instituições econômicas, o Banco do Brasil teve seu desempenho avaliado entre bom e satisfatório e é visto como um banco parceiro nas demandas empresariais, muito fortalecido pela política financeira brasileira. O BNDES foi avaliado de maneira relativamente positiva e foi defendido por ser a única agência de fomento do Brasil. Houve, entretanto, críticas quanto ao fato do banco favorecer determinados setores em detrimento de outros. O Banco Central é bem avaliado pelo fato de desempenhar bem o seu papel de controle da inflação, mesmo que a partir da manipulação dos juros altos.

O funcionamento do sistema partidário e do sistema eleitoral recebeu avaliações dispersas, mas que ficaram entre satisfatório e ruim. As críticas foram de que os partidos políticos não possuem nenhum tipo de ideário e que estão mais preocupados com seus ganhos do que com o Estado como um todo. Houve uma avaliação positiva em relação ao aspecto operacional do sistema eleitoral, enquanto um processo bom, seguro, rápido e eficiente. A insatisfação em relação ao sistema eleitoral por parte dos entrevistados foi seguida pela indicação da necessidade de uma reforma política, sugerindo, por exemplo, a adoção do sistema distrital.

Perguntados sobre a reforma política os entrevistados se mostraram coesos com relação aos temas fundamentais que permeiam o debate, como voto obrigatório, financiamento público de campanhas, constituinte exclusiva, entre outros. A seguir trataremos dos pontos levantados, bem como as justificativas das posições tomadas.

Com relação ao financiamento público de campanha a maioria dos entrevistados se mostrou a favor e as justificativas foram de que isso poderia dar mais transparência aos partidos políticos. As duas avaliações que se posicionaram contra afirmaram que já

existe, por exemplo, o horário gratuito de campanha e que os partidos devem buscar doações a partir da mobilização do seu eleitorado não nos cofres públicos.

No que tange ao debate sobre voto distrital, os entrevistados na sua totalidade se mostraram a favor e as justificativas indicam que o voto distrital poderia levar a uma maior responsividade e representatividade por parte dos eleitos. A fidelidade partidária é vista por todos os entrevistados como uma obrigação por parte dos candidatos em relação aos partidos. Os entrevistados também entendem que o fim da reeleição para cargos do Executivo é necessário, argumentando que os segundos mandatos são sempre ruins. Os entrevistados também são em sua totalidade a favor do fim do voto obrigatório, as justificativas foram de que simplesmente o Brasil está preparado e sua democracia consolidada, e por isso o voto deve ser livre, caso contrário, a obrigação tira a liberdade dos indivíduos. Por último, quanto à necessidade de uma constituinte exclusiva para votar a reforma política os entrevistados se mostraram a favor. A justificativa foi a de que atualmente nem a oposição, nem a situação desejam fazer a reforma política⁹.

4 – Os padrões de ação política da elite empresarial paranaense

Quanto às formas de representação empresarial, perguntamos se haveria a necessidade de uma entidade que representasse o conjunto dos interesses de todo os setores do empresariado brasileiro frente ao Governo e à sociedade, as posições se dividiram. O argumento dos favoráveis se refere à integração entre os setores diferentes, o que daria mais força ao empresariado brasileiro, já os contrários, acreditam que pela multiplicidade de interesses, a representação única não seria interessante.

Todos os entrevistados concordam que há a necessidade do empresariado formular um projeto seu para o Estado e a sociedade brasileiros, o que indica a importância que eles se atribuem, em especial, no que se refere ao seu papel no desenvolvimento do Estado brasileiro.

Em relação aos padrões de ação política, averiguamos junto aos entrevistados os aspectos gerais das estratégias das entidades na defesa de seus interesses frente ao

⁹ Em relação à reforma política, dois pontos chamam a atenção pelo fato de mostrarem uma diferença entre as posições da elite empresarial paranaense em relação à nacional. De um lado, a reeleição para cargos do poder Executivo, que é avaliada positivamente no âmbito nacional, favorável à manutenção da reeleição para os cargos do Executivo (COSTA, 2012). Não há elementos para concluirmos, mas talvez isso se deva ao fato de que, na opinião da elite empresarial, o desempenho dos Presidentes da República tem sido mais satisfatório do que aquele dos governadores, em particular no Paraná, o que os levaria a uma avaliação negativa da reeleição no âmbito estadual. E, de outro, a constituinte exclusiva para a reforma política, que, inversamente, neste âmbito é vista como desnecessária pela elite empresarial nacional. Voltaremos a este ponto mais adiante.

conjunto do empresariado e ao Estado. Em primeiro lugar, a grande maioria dos entrevistados declarou que as ações se davam de forma articulada com outras entidades.

Os entrevistados afirmaram que o *lobby* é mais eficaz que o financiamento de campanha na defesa dos interesses da entidade. Já no que se refere às ações que as entidades adotariam em relação às eleições de 2010, a maioria dos entrevistados afirmou que se preocuparia prioritariamente com os candidatos a cargos do Executivo.

Perguntamos também aos entrevistados como se dariam as relações da sua entidade com algumas instituições estatais, levando em conta as formas de contatos, o grau de sucesso e os principais assuntos tratados¹⁰. Verificamos que praticamente todas as entidades têm ação intensa no Executivo estadual, avaliam tal ação como bem sucedida e utilizam todos os canais disponíveis, predominando os contatos pessoais. Já em relação ao Legislativo estadual, a avaliação praticamente se inverte, mas também predominam os contatos de natureza pessoal.

Já no que se refere ao âmbito nacional, há também uma intensa relação com o Executivo, seja com o Presidente da República, seja com o seu Vice, com o Ministro da Fazenda ou Ministros mais próximos politicamente, como foi o caso de Paulo Bernardo da pasta do Planejamento, além de outros órgãos do Governo Federal. Os temas geralmente estão relacionados com a defesa do setor que a entidade representa, em especial, projetos de lei contrários ao segmento empresarial representado. Em relação ao Banco do Brasil e ao BNDES, poucas entidades atuam, mas, as que o fazem, julgam suas ações bem sucedidas. Os temas tratados, o que não poderia deixar de ser, são especificamente econômicos, predominantemente relacionados a financiamentos dos setores representados.

Em relação ao Legislativo federal, praticamente todos possuem algum tipo de relação, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, e os contatos são mais formais, embora poucas entidades realizem essa atividade freqüentemente já que essas relações se dão através de entidades nacionais. Quanto às formas de contato, geralmente se dão através das bancadas paranaenses e do que eles definiram como frente parlamentar da micro-empresa no Congresso Nacional.

Considerações finais

As implicações teóricas e metodológicas de nossa pesquisa foram tratadas em outros trabalhos (COSTA e ENGLER 2008 e COSTA 2012). A contribuição teórica se deu

¹⁰ Ver quadro em anexo.

no sentido de articular, no estudo do empresariado, um grupo de variáveis relacionadas a três dimensões, recrutamento, cultura política e padrões de ação política, deste que é um ator fundamental para o desenvolvimento e as perspectivas da democracia no Brasil, e que está aqui sendo considerado menos como um agente econômico, mas, sobretudo politicamente relevante. Isso não significa, entretanto, que deixamos de lado atributos como poder ou representação de interesses de natureza econômica, o que seria um tanto quanto contraditório, já que estamos falando de um grupo que possui ou controla os meios de produção ou o capital. Nossa análise buscou contribuir para a compreensão da formação e do comportamento desses indivíduos enquanto membros da elite empresarial e por isso, atores políticos que assumem a direção de entidades de representação política.

O segundo ponto a ser destacado é o que difere nosso trabalho da maioria dos estudos correlatos, ou seja, a consideração da dimensão *qualitativa* das respostas. As justificativas das avaliações e posicionamentos permitem abordar as motivações subjetivas dos entrevistados, dando maior riqueza de detalhes a respeito das atitudes e comportamentos verificados, e que possibilitam chegar mais perto dos motivos dos indivíduos nos seus posicionamentos.

Quanto aos resultados obtidos, em primeiro lugar, aqueles relacionados ao recrutamento, podemos dizer que a homogeneidade da elite empresarial paranaense em relação aos seus atributos adstritos e adquiridos mais do que comprova, qualifica a diferenciação em relação à população brasileira ou paranaense, e indica um padrão de recrutamento fechado e localista, ou seja, concentrado na cidade de Curitiba. Se fizermos uma comparação com os resultados de pesquisas anteriores, perceberemos que entre os anos de 1995 a 2005 (COSTA e ENGLER, 2008) e os anos de 2010 e 2011, a elite empresarial paranaense se mostrou altamente homogênea, o que sugere que praticamente não houve mudanças quanto ao padrão de recrutamento mantido ao longo desses quase 15 anos contemplados pelas duas pesquisas.

Em suma, os atributos adstritos e adquiridos sugerem menos que a sua posse torna o acesso à elite empresarial mais fácil, e mais uma semelhança no que tange as experiências de vida. Tal semelhança sugere que os processos de ascensão aos cargos, que sempre passam pela disputa eleitoral, favorecem os indivíduos que possuem tais características, dada a sua inequívoca predominância. Mas, verificamos que, embora a homogeneidade social seja importante, está longe de ser suficiente, ou seja, ela é parte de um conjunto de semelhanças.

Daí a importância da questão da trajetória. Os dados indicam que a elite empresarial paranaense pouco ocupou cargos públicos ou partidários. Em contrapartida, observamos um alto grau de participação em entidades de representação empresarial. O que ocorre aqui é o afastamento da atividade política pública e uma grande experiência anterior em entidades sociais, uma *especialização* ou quase *profissionalização* na ocupação de cargos de direção deste tipo de entidade. Assim, ao lado da homogeneidade ou das semelhanças em relação aos atributos adstritos e adquiridos, as *vias de acesso* tendem a favorecer aqueles que tiveram experiências anteriores de direção de entidades, em especial as propriamente empresariais, sendo, portanto, mais relevantes do que os que a experiência em cargos políticos. Este é um dado que reforça a constatação de que houve poucas mudanças quanto à trajetória da elite empresarial paranaense, para isso basta compararmos novamente os dados obtidos aqui com aqueles obtidos anteriormente (COSTA e ENGLER, 2008), que já indicavam uma predominância do distanciamento dos cargos políticos e uma maior ocupação de cargos de direção de entidades empresariais, em especial o de presidente.

Ao compararmos a elite empresarial tratada neste trabalho com o estudo realizado por Pohlmann e outros (2010) sobre o caso alemão, algumas observações podem ser feitas. Embora tal estudo trabalhe com o conceito de *elite econômica*, considerada a partir do critério da ocupação dos postos principais em grandes empresas industriais, indica que uma grande parte dos empresários é recrutada nas altas camadas sociais, tendo uma origem social comum, além de ter uma trajetória familiar ligada à atividade empresarial. Entretanto, tal estudo constata também que, apesar do recrutamento socialmente fechado, há um peso muito maior da trajetória e da carreira, sendo esses os atributos mais importantes para ingresso naquela elite. Também se verificou que a educação é uma característica muito importante, e com destaque para os cursos superiores de Ciências Econômicas e Engenharias, também evidenciados pelas nossas pesquisas.

Em suma, a trajetória dos entrevistados indica que, embora haja a homogeneidade em relação aos atributos adstritos e adquiridos, a elite empresarial paranaense se caracteriza por uma alta capacidade política e uma *especialização*, seja ela relacionada à experiência na obtenção dos votos dos filiados, seja na própria gestão e administração deste tipo de entidade. Por fim, essa experiência pode ser verificada através do período

em que os entrevistados estiveram à frente de entidades de representação empresarial, que é em média 24 anos¹¹.

Quando consideramos os valores políticos, verificamos que a elite aqui estudada possui um alto grau de *coesão*, expresso em aspectos como a grande adesão à democracia, a consideração de que a participação popular é um princípio cívico e também em relação à consolidação da democracia no Brasil.

Em relação a esses aspectos, em primeiro lugar, pudemos perceber que há uma correspondência entre as avaliações sobre a democracia e sobre as instituições e o grau de satisfação e os padrões de ação política da elite empresarial paranaense. Voltaremos a este ponto mais adiante. Em segundo lugar, as justificativas mostraram que, no momento da avaliação e da expressão das opiniões, os respondentes tendem a ser mais rigorosos do que de fato o são no dia a dia das relações com os valores e instituições avaliados, o que nos mostra que a insatisfação muitas vezes expressa não é o que de fato guia a conduta concreta dos agentes, mas seus projetos e desejos, tanto que isso não os leva a uma ação efetiva, seja de afastamento e crítica, seja de mobilização e esforço no aperfeiçoamento das instituições, estas enquanto concretização e expressão de valores e metas políticas.

Isso reforça a constatação que fizemos na dimensão nacional desta mesma pesquisa (COSTA, 2012), ou seja, em relação à elite empresarial paranaense também não se dá a “situação paradoxal” apontada por Moisés e Carneiro (2010) e Meneguello (2010) entre a crescente adesão à democracia e alta taxa de descontentamento e a insatisfação com as instituições democráticas. Esta elite, assim como seus pares em âmbito nacional, possui total adesão à democracia e um relativo grau de satisfação com as instituições democráticas e, em função disso, tende a não atuar no sentido de promover alterações nos aspectos institucionais da democracia brasileira. E o que merece destaque é o fato de que verificamos que também no âmbito mais propriamente local, no caso, estadual, esta relação favorável tanto com a democracia, quanto com as suas instituições, se dá.

Vimos acima os aspectos que indicam esta tendência à *coesão*, embora isso não possa ser tomado como consenso nem permite desconsiderar a importância sociológica das eventuais divergências. Enfim, a idéia de *coesão* não remete a *consenso*, seja em relação a aspectos da cultura política, seja em relação ao desempenho das instituições e da questão do seu aperfeiçoamento, no caso, a reforma política.

¹¹ Houve casos de presidentes que possuíam mais de 35 anos à frente de entidades de representação empresarial.

Quanto à questão da confiança, no que tange às instituições representativas, os partidos e as casas do poder Legislativo são mais mal avaliados do que aquelas do Executivo. Ou seja, as instituições ligadas ao dia a dia da administração da coisa pública e da implementação das políticas possui uma avaliação mais positiva do que aquelas por excelência de representação¹². Assim, há indícios que a insatisfação se dá mais em relação ao processo de representação do que de gestão da coisa pública.

Quanto ao alto grau de confiança entre as próprias entidades de representação empresarial, comparado com o que ocorre em relação a outras instituições, por exemplo, os partidos políticos, devemos considerar que estamos tratando de um grupo limitado, formado por um processo de socialização e trajetórias semelhantes e que dentro das suas atribuições, enquanto dirigentes de entidades de representação, possuem ações articuladas entre si, o que exige e fomenta a confiança mútua. Não se trata de desconsiderar as divergências e disputas que pode ocorrer entre os setores do empresariado pela definição das políticas públicas, mas sim da existência de uma atitude favorável à confiança, à ação conjunta e a busca da concertação.

E os dados sobre a avaliação do desempenho das instituições e da questão da reforma política indicam também, além da coesão, uma preocupação com a qualidade da democracia. Isso é bastante relevante quando se considera a importância dos laços entre a democracia e os grupos sociais, no âmbito mais local e próximo das atividades e da vida dos indivíduos que os compõem. Em suma, verificamos que não apenas as semelhanças em relação, de um lado, aos atributos adstritos e adquiridos e, de outro, de trajetória política, como também as semelhanças em relação às atitudes e valores políticos são importantes nas vias de acesso à elite aqui estudada.

Os valores políticos da elite empresarial paranaense nos permitem as seguintes conclusões: aceitação do princípio da participação, portanto, a democracia não se restringiria à representação; a alta adesão aos valores democráticos é acompanhada da defesa desta mesma adesão por parte da população em geral como condição para o funcionamento e o sucesso da democracia e também da idéia de que a democracia seria o melhor caminho *político* para solucionar os problemas, *políticos* ou não; o desempenho administrativo dos governantes é visto menos por uma visão pragmática ou *gerencialista*

¹² Já em *O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte* Marx chamava a atenção para o fato de que o Legislativo estar em relação metafísica com a sociedade, enquanto que o Executivo estava em relação direta com ela.

de política e mais como uma condição para o sucesso da democracia¹³; o respeito às autoridades, assim como na questão da competência administrativa dos governantes, possuem um teor republicano, ou seja, o princípio fundamental é o do controle dos governantes pelos governados, sempre fundado em regras estabelecidas; se há uma visão *liberal* em relação liberdade de mercado, ela não é menos liberal em relação à adesão aos valores políticos liberais, como se observa na primazia atribuída às instituições políticas frente às econômicas, o que nos permite especular que há uma maior inclinação a aspectos relacionados às liberdades políticas do que com relação à igualdade e à liberdade no sentido estritamente econômico. Tal constatação é reforçada pela importância que se dá à reforma política e à confiança na consolidação da democracia no país.

Quando consideramos os padrões de ação política indicados pelos entrevistados, em primeiro lugar, podemos acrescentar outro aspecto de natureza teórica e metodológica da nossa pesquisa, ou seja, a tentativa de articular a análise de aspectos relacionados ao recrutamento, às características dos membros e aos valores políticos de uma dada elite com a sua ação concreta nas instituições que eles dirigem. Isso permite agregar ao método posicional a consideração das conseqüências da ocupação dos cargos sobre o funcionamento e a ação da instituição na qual tais cargos estão inseridos, ou seja, a ação da elite é considerada, e esta enquanto ação de instituição, e não de indivíduos.

Em segundo lugar, os dados indicam que a ação política tende a ser mais intensa no Executivo Federal, que por sua vez, é muito bem avaliado, recebe um alto grau de confiança, bem como tem seu desempenho avaliado entre bom e satisfatório. No caso do poder Legislativo, independente do nível, não foi bem avaliado, mas sim associado a problemas, e foi muito pouco procurado para a ação das entidades. Tais aspectos indicam uma correlação entre cultura política e ação por parte desta elite.

Sem a pretensão de avaliar ou indicar incoerências no comportamento político, verificamos que, embora haja a declaração de que a ação conjunta é preferível, no dia a dia as ações isoladas predominam. Isso pode ser observado também em relação à proposta de uma entidade que representasse o conjunto dos interesses dos empresários, pois embora haja uma divisão das posições em relação à necessidade deste tipo de entidade, não há uma ação contundente no sentido de fortalecer, consolidar e

¹³ Este aspecto é importante, pois em outras pesquisas relativas aos anos 1990, verificamos que tal visão *gerencialista*, ou seja, a política enquanto algo que dizia respeito à boa capacidade de administrar recursos e pessoas, era presente entre os representantes do empresariado (COSTA, 2005 e 2008).

institucionaliza o “G8”, grupo de entidades de representação empresarial acima mencionado, e que teria exatamente este papel de fortalecimento das ações conjuntas, dado que tal grupo atua de forma esporádica e pontual.

E o fato de que o entendimento por parte dos entrevistados de que seria necessário um projeto do conjunto do empresariado frente ao Estado e à sociedade convive com a ausência de ações concretas neste sentido, indica, de um lado, que as entidades estão mais voltadas para o dia a dia da representação dos interesses de seus filiados, ficando as questões de longo prazo em segundo plano na agenda de ações das entidades, mas de outro, que o grau de insatisfação não é alto nem suficiente para levá-los à mobilização pela reforma das instituições políticas¹⁴.

Quanto às relações com as instituições do Estado, em primeiro lugar, estamos analisando entidades de representação empresarial de nível regional, portanto, mais próximas dos centros de decisões estaduais, o que explica a predominância dos contatos pessoais. Em segundo lugar, assim como indica a ação que as entidades pretendiam desenvolver nas eleições de 2010, observamos a predominância do Executivo, nos níveis estadual e nacional, na agenda de ações das entidades.

Mas, o que mais se destaca são as declarações de que as ações, de um modo geral, têm sido bem sucedidas. Como vimos acima, isso indica certo grau de satisfação desta elite com o funcionamento de tais instituições, portanto, com a institucionalização da democracia no Brasil, em âmbito nacional e em especial estadual. Entretanto, entendemos que isso deve ser entendido menos como uma alta responsividade do Estado em relação aos interesses do empresariado, e mais a um amadurecimento de seus representantes em relação a o que se pode esperar do processo decisório nas democracias, ou seja, que se trata de um processo complexo de articulação de interesses no qual o atendimento pleno das demandas não pode ser o critério absoluto para uma avaliação positiva das instituições. Enfim, a elite empresarial está mais satisfeita por que menos porque suas preferências estão sendo consideradas pelos governantes, e mais porque parecem estar mais conscientes dos que as “massas” dos limites e das vicissitudes da democracia, ou seja, que o atendimento das demandas está sujeito aos complexos processos políticos típicos da democracia.

Outro ponto que merece destaque em nossa pesquisa reside também na utilização do *lobby* por parte de todas das entidades empresariais paranaenses pesquisadas no processo de defesa de seus interesses. Estes dados contribuem com a tese apresentada

¹⁴ Sobre a *Rede de Participação Política*, ver www.redeempresarial.org.br/. Verificamos que tal iniciativa é uma exceção que confirma esta regra. Sobre isso, ver Costa e França, 2012.

por ARAGÃO (1994), que previa uma maior participação e institucionalização dos grupos de pressão no Brasil após a Constituinte de 1988. MANCUSO (2007) aponta que a existência de um padrão de ação política das organizações e o amplo consenso sobre a legitimidade do lobby que verificamos em nossa pesquisa sugere também uma maior aproximação destes grupos aos grupos de interesse norte-americanos, tanto em relação à forma com que o setor estabelece esta interação, assim como percebe a sua atividade.

Constatamos que há uma homogeneidade entre as entidades, independentemente da sua natureza e do setor representado, em relação aos padrões de ação política por ela adotadas. Conforme constatado anteriormente (COSTA, 2005), as entidades aqui contempladas costumam adotar as mesmas estratégias para defender seus interesses.

Por fim, a temática das articulações com os órgãos do Estado gira quase exclusivamente em torno dos interesses imediatos das entidades, ficando de fora as questões relacionadas a processos de longo prazo que ultrapassem o cotidiano das atividades empresariais, como, por exemplo, a reforma política. Em relação a este aspecto, a iniciativa da *Rede de Participação Política*, criada e sustentada pela FIEP e pela FACIAP é uma exceção que confirma a regra.

Enfim, a análise dos valores e dos padrões de ação política desta elite empresarial indica que ela tende a se constituir como uma importante base social da democracia nos dias de hoje, o que não é irrelevante, dada a participação dos empresários na sustentação de regime políticos autoritários na história brasileira recente. E, como foi dito acima, isso é também relevante pelo fato de dizer respeito a um âmbito mais *local* do funcionamento da democracia brasileira. A idéia de que os padrões de ação política em relação aos poderes Executivo e Legislativo decorreriam das diferenças de importância destes poderes no processo decisório, não permite desconsiderar que a ação das entidades empresariais não tende a, nem pretende, alterar, mas, ao contrário, reforça um aspecto institucional da democracia brasileira, ou seja, o desequilíbrio entre os poderes Legislativo e Executivo.

Mas, nosso estudo indica também que, embora este papel importante na sustentação da democracia brasileira não tendeu a desembocar em ações firmes e concretas quanto ao aperfeiçoamento das suas instituições políticas, a reforma política, restringindo-se ao processo cotidiano de articulação com as autoridades e órgãos governamentais para articular interesses específicos e de curto prazo, isso se deve, ao menos parcialmente, ao seu grau de satisfação com o funcionamento das instituições democráticas à avaliação positiva do resultado das ações junto a estas instituições.

Portanto, podemos verificar através dos dados apresentados, uma homogeneidade por parte do empresariado paranaense em relação à forma como agem e os caminhos utilizados para a consecução de seus objetivos na arena decisória, ou seja, em relação ao seu padrão de ação política. Normalmente são utilizados contatos pessoais, reuniões, audiências e o *lobby* para atingir seus objetivos. Por se situarem em uma esfera regional, o contato do empresariado paranaense é normalmente direcionado aos tomadores de decisão locais (em maior incidência o Executivo Estadual), deixando para as confederações (caso a natureza da entidade seja sindical) ou entidades superiores, a discussão de temas e o exercício de pressão relacionado a questões nacionais e que envolvem o Governo Federal. Em relação aos assuntos abordados, estão geralmente em pauta questões regionais relacionadas ao setor e ao mercado como um todo e que podem impactar diretamente a atuação dos representados por este grupo. Além disso, os pleitos normalmente reivindicados são, em sua grande maioria, avaliados como bem sucedidos, o que indica certa semelhança também em relação à responsividade na relação com o governo.

O entendimento de como o empresariado se relaciona com estrutura governamental contribui não só para a compreensão do processo de formulação de políticas públicas, como também permite o entendimento do processo de interação entre sociedade civil organizada e setor público, na busca da representação de seus interesses enquanto grupos de pressão.

Por último, os resultados permitem também algumas especulações com importantes implicações teóricas a serem desenvolvidas em estudos posteriores. De um lado, a elite como representante não apenas no sentido formal da ocupação dos cargos de representantes, mas enquanto uma manifestação ou uma projeção do coletivo que está sendo representado, permitindo especular sobre a questão da classe social subjacente a esta elite, menos no sentido de ser uma amostra fidedigna do coletivo, mas sim das suas contraditórias, complexas e efetivas formas de expressão e ação. Correlatamente, isso nos leva à consideração do estudo de uma elite como forma de analisar a classe ou grupo social específico do qual esta elite decorre.

Paulo Roberto Neves Costa (paulocostaufpr@gmail.com) é professor de Ciência Política (UFPR), coordenador do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* (UFPR) e editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política*. **Tiago Junior Roks** (tiagoroks@yahoo.com.br) e **Guatimozin de Oliveira Santos Filho** (guatimozin.filho@amchambrasil.com.br) são graduados em Ciências Sociais pela UFPR e pesquisadores do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G. e VERBA S. 1989. *The civic culture - Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. California: Sage Publications.
- ARAGÃO, M. de. 1994. *Grupos de pressão no Congresso Nacional*. Maltese, São Paulo.
- COSTA, P. R. N. 2005a. Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, n° 57, pp. 109-126, fevereiro.
- COSTA, P. R. N. 2005b. Como os empresários pensam a política e a democracia. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, n° 2, pp. 422-449, outubro.
- COSTA, P. R. N. 2007. Empresariado, instituições democráticas e reforma política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n° 28.
- COSTA, P. R. N. 2012. A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1.
- COSTA, P. R. N. e ENGLER, I. J. F. 2008. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). *Opinião Pública*, vol.14, número 2, Novembro/Dezembro, Campinas.
- COSTA, P. R. N. e FRANÇA, A. S. T. 2012. Da Responsabilidade Social à Responsabilidade Política: uma análise da Rede de Participação Política. In Costa, A. J. D. (e outros). *Estado, Empresas e Empresários: Agentes de Desenvolvimento*. Editora CRV, Curitiba.
- KELLER, Suzanne. *Mas Allá de La clase dirigente*. Madrid: Editorial Tecnos, 1971.
- MANCUSO, W. P. 2007. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28.
- MENEGUELLO, R. 2010. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In MOISÉS, J. A. (org.) 2010. *Democracia e confiança: porque os cidadãos comuns desconfiam das instituições*. São Paulo, Edusp.
- MILLS, C. W. 1981. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOISÉS, J. A. e CARNEIRO, G. P. 2010. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. In MOISÉS, J. A. (org.) 2010. *Democracia e confiança: porque os cidadãos comuns desconfiam das instituições*. São Paulo, Edusp.
- OFFERLÉ, M. 2009. *Sociologie des organizations patronales*. Paris, Editions La Découverte.
- PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A. N., FUKS, M. e BRAGA, S. S. (Orgs.). 2007. *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR.
- POHLMANN, M., LIEBOLD, R., BÄR, S., SALLMON, C., SCHANNE S. and SCHMIDT, G. 2010. *A elite econômica na mudança social*. Universidade de Heidelberg, Alemanha. *Mimeo*.
- PUTNAM, R. D. 1976. *The Comparative Study of Political Elites*. New Jersey: Prentice Hall.

ANEXO
QUADRO DAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA

	Não	Sim	Pouca frequência	Muita frequência	Forma ou meio de contato	Bem sucedido	Mal sucedido	Assuntos
Governos estaduais (Governador e secretarias)	1	8	2	6	Marcando reuniões e apresentando os temas. Participando de organismos de governo, tais como agências de fomento. Representação na junta comercial. Participação em fóruns empresariais, organizados pela Secretaria de Indústria e Comércio. Contato e relações pessoais e correspondência. Eventos e audiências públicas. Encaminhamento de posicionamentos através dos Conselhos Temáticos da entidade. Reuniões de trabalho.	8	---	Interesses gerais e pontuais da entidade. Redução carga tributária. Atração de novos investimentos para o Estado
Assembleia Legislativa	3	6	2	4	Relações pessoais. Contato diário na Assembleia Legislativa, através da Unidade de Assuntos Legislativos. Reuniões de trabalho, eventos e posicionamentos	6	---	Interesses gerais e pontuais da entidade. Redução carga tributária. Atração de novos investimentos para o Estado
Presidência da República	1	8	5	3	Contatos formais com ministérios, secretarias e eventualmente com o Vice-Presidente da República. Audiências, eventos, posicionamentos e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.	8	---	Sempre a defesa do setor. Projetos lei andamento. Interesses gerais e pontuais da entidade. Redução carga tributária. Atração de novos investimentos para o Estado
Ministério da Fazenda	2	7	2	5	Reuniões de trabalho, audiências, eventos	7	---	Interesses gerais e pontuais da entidade. Redução carga tributária. Atração de novos investimentos para o Estado.
Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior	4	5	4	1	Através das entidades de âmbito nacional. Reuniões de trabalho, audiências, eventos e missões comerciais. Escritório de Representação em Brasília.	4	1	Interesses gerais e pontuais da entidade. Redução carga tributária. Atração de novos investimentos para o Estado
Órgãos, secretarias e	1	8	3	5	Contatos formais, relações pessoais, reuniões de trabalho, audiências e eventos.	8	---	Interesses gerais e pontuais da entidade. Redução carga

agências federais									tributária. Atração de novos investimentos para o Estado
Banco do Brasil	3	6	2	4		Contatos formais, relações pessoais, reuniões de trabalho, audiências e eventos.	6	---	Financiamento, importação, exportação e câmbio. Assuntos de interesse do setor industrial paranaense. Assuntos ligados ao empresariado paranaense
BNDES	1	8	2	6		Contatos formais, relações pessoais, reuniões de trabalho, audiências e eventos.	8	---	Interesses gerais e pontuais da entidade. Redução carga tributária. Atração de novos investimentos para o Estado
Senado Federal	2	7	4	3		Contatos formais, relações pessoais, reuniões de trabalho, audiências e eventos. Senadores do Paraná. Através das entidades de âmbito nacional. Escritório de Representação em Brasília.	7	---	Interesses gerais e pontuais da entidade.
Câmara dos Deputados	2	7	3	4		Contatos formais ou relações pessoais. Bancada do Paraná e alguns grupos específicos. Frentes parlamentares. Através das entidades de âmbito nacional. Escritório de Representação em Brasília,	7	---	Interesses gerais e pontuais da entidade.